

Propostas e compromissos d@s nov@s governador@s com a Agenda Feminista, a equidade de gênero e os direitos das mulheres

* Neste artigo, usamos o símbolo @ para o feminino e masculino, quando falamos dos dois sexos. Exemplo: candidat@ significa candidata mulher ou candidato homem.

Em nosso texto de análise das eleições¹, indicamos que a nova legislatura do Congresso Nacional é considerada a mais conservadora desde 1964. Ao passo que parlamentares vinculad@s a causas sociais caíram de 83 para 40 representantes, parlamentares conservador@s vinculad@s a agendas políticas militares, religiosas e ruralistas ampliaram sua presença no Legislativo federal. Na Câmara, o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar – DIAP indica que haverá pelo menos 82 deputad@s federais na bancada evangélica, até 70 deputad@s na Frente Parlamentar da Agropecuária e pelo menos 20 deputad@s alinhad@s à “bancada policial”, defensora de uma segurança pública opressora. Tal configuração, ainda segundo o DIAP, representará obstáculo para as pautas dos movimentos sociais e a qualquer agenda progressista.

Considerando o conservadorismo no Legislativo, cabe-nos perguntar o que devemos esperar do Executivo. Já conhecemos o perfil d@s governador@s eleit@s, pois os resultados estão disponíveis na plataforma de divulgação das eleições² do Tribunal Superior Eleitoral – TSE: dentre @s nov@s líderes dos 27 Executivos Estaduais e do Distrito Federal, 26 são homens e uma é mulher. Enquanto nenhum/a negr@ ou indígena foi eleit@, elegeram-se 20 branc@s, 6 pard@s e 1 de cor amarela. A Tabela 1 (ver Anexo 2) sistematiza os dados por sexo, região, UF, cor, nome e partido.

Observado o perfil d@s governador@s eleit@s, resta saber se serão aliad@s ou opositor@s da agenda feminista. É por isso que, nestas eleições, além de realizar as tradicionais análises de mulheres candidatas e eleitas, o CFEMEA decidiu investigar e conhecer as propostas d@s governador@s eleit@s para as mulheres e a equidade de gênero, observando se estão atentas à interseccionalidade (com raça/etnia e diversidade sexual), contemplando mulheres negras, indígenas, quilombolas, lésbicas, bissexuais e trans*, do campo e da cidade. O objetivo é contribuir para o debate acerca da representação destas populações não só a partir do ponto de vista descritivo (presença), mas também do substantivo (plataformas e ideias).

O presente trabalho é consonante com a proposta do Orçamento Mulher³, cujo objetivo é monitorar e fiscalizar as políticas públicas com o objetivo de orientar as finanças à efetivação dos direitos das mulheres e ao enfrentamento das desigualdades decorrentes das relações de dominação/subordinação de gênero e raça. Como explicamos em nosso sítio eletrônico (ver nota de rodapé nº 3), é preciso conhecer as metas do governo e observar se elas coincidem com as nossas reivindicações e com o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Assim, saberemos se o governo (do município, do estado ou federal) está comprometido com o movimento de mulheres e

¹ Ver http://www.cfemea.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2844&Itemid=131

² Ver <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais-2014-resultado>

³ Criado em 2002 pelo CFEMEA, O Orçamento Mulher é uma iniciativa de monitoramento do orçamento público, sob a perspectiva da igualdade de direitos para as mulheres. Sua metodologia possibilita a avaliação das políticas públicas a partir de um enfoque multidimensional das desigualdades de gênero e raça, desde a fase de elaboração do orçamento até a execução dos gastos públicos. Para melhor conhecer o Orçamento Mulher, acesse http://www.cfemea.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2838&Itemid=130

feminista. Monitorar as ações previstas pelos governos estaduais, neste sentido, é uma estratégia complementar.

Portanto, pretendemos oferecer, com esse texto, mais uma ferramenta na luta pela efetivação dos direitos das mulheres e pelo financiamento público desses, fornecendo elementos para a incidência política nos processos de debate e decisão sobre as prioridades e decisões do poder Executivo no nível das unidades federativas.

Descrição dos procedimentos

Nossa pesquisa teve como objetivo geral mapear as ações previstas nos planos de governo que atendem direta ou indiretamente às necessidades específicas das mulheres em sua diversidade ou que impactem as relações de gênero. Para tanto, desenvolvemos dois simples procedimentos:

PROCEDIMENTO 1 - Levantamento das ações: nesta etapa, levantamos todas ações e propostas nos planos de governo d@s 27 eleit@s. A fonte primária, portanto, foram os mencionados documentos, disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral – TSE em seu sistema de divulgação de candidaturas⁴. Entendemos os planos de governo como sínteses das principais ações a serem executadas pela gestão e como o documento mais importante para conhecer prioridades do governo eleito.

Consideramos como ações as atividades que servem de meio para alcançar objetivos específicos do plano, que correspondem às mencionadas prioridades. Elas precisam ser específicas (intenções genéricas não são ações mensuráveis) e relevantes para solucionar ou enfrentar um problema detectado. Não consideramos ações: eixos de atuação, programas (contabilizamos, por outro lado, cada ação descrita nos programas listados), descrições de avanços ou atividades realizadas em gestões anteriores, textos de contextualização ou declarações de intenção genéricas.

Foram consideradas matérias de interesse aquelas que, mesmo sem referência explícita ao termo “mulheres”, referem-se a questões que podem impactar seus direitos. Consideramos, pois, ações que se referem a prioridades explícitas do movimento feminista (bandeiras políticas gerais ou de segmentos específicos do movimento), a debates superados ou em curso que tenham gerado consenso no movimento, que acarretem alguma alteração concreta na vida das mulheres (contrária ou a favor do que demanda o feminismo, de baixo ou alto impacto), aspectos pontuais ou partes de demandas mais amplas ou direitos já conquistados.

PROCEDIMENTO 2 – Classificação das ações: De posse dos planos de governo, procedemos à leitura completa dos documentos – totalizando 1.461 páginas – e descartamos ações que tratavam de outros temas. O objetivo deste procedimento foi representar de forma condensada a informação por meio de uma análise categorial temática simples, organizando as características relevantes para a análise em questão. Para tanto, as ações selecionadas foram armazenadas e classificadas segundo as áreas de atuação do CFEMEA: Poder & Política; Saúde & Direitos Sexuais

⁴ Disponíveis no sistema DivulgaCand 2014: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2014/sistema-de-divulgacao-de-candidaturas>

e Reprodutivos⁵; Autonomia Econômica e Proteção Social do Trabalho; e Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres. Criamos também a categoria “Outros” para incluir ações de temas que não caberiam nas áreas citadas. Reproduzimos o conteúdo integral das ações no Anexo 1.

Não foram consideradas propostas vagas como “compromissos para a garantia e efetivação de direitos, incorporando os conceitos e ações que concorrem para a consolidação da democracia e a conquista de uma sociedade capaz de gerar oportunidades para todos, assumem o papel protagonista da luta das mulheres por uma nova relação social, econômica e cultural, superando desigualdades, violência, preconceito e discriminação ainda existentes” ou “permanece o desafio, na consolidação da democracia brasileira, de garantir igualdade de oportunidades e respeito às diferenças decorrentes da condição de gênero, orientação sexual, grupo étnicocultural, crenças religiosas, filosóficas, dentre outras”, pois não se tratam de ações específicas. A referência a políticas de igualdade entre homens e mulheres, de diversidade sexual/identidade de gênero e de combate ao racismo deve ser direta ou explícita para ser incluída neste estudo.

Por fim, observamos e registramos outros elementos, como a existência de eixos dedicados à igualdade de gênero/ igualdade racial/ diversidade sexual e aspectos formais que serão mencionados na próxima seção.

Planos de governo: aspectos gerais

A média dos planos de governo é de 54 páginas. No entanto, são extremamente heterogêneos, variando de oito páginas (PE – Paulo Câmara/ PSB) a 96 páginas (BA – Rui Costa/PT), como mostra a Tabela 2 do Anexo 2. Os 27 documentos apresentam distintos graus de especificidade e profundidade quanto às suas propostas. Alguns trazem em seu conteúdo diagnósticos de diversas regiões da UF em questão, seu desenvolvimento histórico, características culturais e aspectos demográficos. Em oposição, outros planos de governo são superficiais e não chegam a delinear de forma objetiva suas propostas.

A leitura dos citados planos de governo permite, como primeira observação, perceber que o foco dos eleitos para governar os Executivos estaduais encontra-se nos eixos de desenvolvimento econômico, desenvolvimento da gestão e desenvolvimento ambiental. No que tange ao desenvolvimento social, as propostas foram centradas majoritariamente na saúde, na educação e na segurança pública, com foco no combate ao crime e ao consumo de drogas. Sobre a saúde, falou-se muito em reorganização e fortalecimento da atenção básica e a destinação de mais recursos a serem investidos na área. A melhoria da educação e a modernização de instituições de ensino é outro tema que apareceu na maior parte dos planos de governo, muitas vezes em articulação com temas como a segurança pública.

Somente dois governadores eleitos incluíram em seus planos um eixo dedicado aos direitos das mulheres e à equidade de gênero: Tião Viana (PT/ AC) e Rui Costa (PT/ BA). Outros cinco trataram desses temas em eixos dedicados a questões de diversos

⁵ A área de atuação do CFEMEA é Direitos Sexuais e Reprodutivos. Aqui, contudo, foram somadas às ações de Saúde, dada a proximidade entre os dois temas e o reduzido número de propostas no campo dos DSDR.

grupos social e historicamente marginalizados: “assistência social e políticas para mulheres” (RR – Suely Campos/ PP); “Políticas públicas para mulheres, População lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, população negra, comunidades tradicionais - ciganos, índios, quilombolas e comunidade de terreiros” (PB – Ricardo Coutinho/ PSB); “Direitos Humanos e Inclusão - Mulheres, Pessoas com Deficiência, Juventude, Diversidade Sexual e Diversidade Étnico –Racial” (PI – Wellington Dias/ PT); “Igualdade Racial e de Gênero (RN – Robinson Faria/ PSD); e “Apoio a Mulher, às Minorias e Direitos Humanos” (GO – Marconi Perillo/ PSDB). No entanto, a maioria d@s eleit@s (20, no total) incluiu esse tipo de ação em eixos gerais, como apoio à cidadania, direitos humanos, assistência social, saúde e promoção da cidadania e da justiça social. Vale observar que somente um governador dedicou um eixo exclusivamente ao combate ao racismo (Tião Viana, PT/ AC) e somente um à diversidade sexual e à população LGBT (Rui Costa, PT/ BA).

Das 1.461 páginas que compõem todos os planos de governo, somente 14 foram dedicadas a ações para a igualdade de gênero e os direitos das mulheres: menos de 10% das propostas d@s mandatári@s (Ver lista no Anexo 1). Contabilizamos 194 ações com essa finalidade, concentradas no Nordeste (86 ações) e no Norte do país (64). O Centro-Oeste somou 26 ações, o Sudeste tem 14 e o Sul, somente 4 ações voltadas para questões de gênero e da população feminina. As UFs campeãs foram AC (Tião Viana/ PT) e BA (Rui Costa/ PT), com 35 ações cada. As piores foram PE (Paulo Câmara/ PSB) e PR (Beto Richa/ PSDB), que não apresentaram nenhuma ação voltada à cidadania feminina. Dados das outras UFs se encontram na Tabela 2 do Anexo 2.

Quanto às áreas, 50 das 194 ações (26%) são dedicadas a Saúde & Direitos Sexuais e Reprodutivos (veremos que uma parte ínfima aborda DSDR); 47 delas (24%) são sobre Autonomia Econômica e Proteção Social do Trabalho; 41 ações (21%) estão voltadas ao Enfrentamento da Violência Contra as Mulheres; e somente 22 ações (11%) tratam de Poder & Política. 34 ações (18%) são de temas diversos, como Educação e Conscientização, Esporte e Lazer, Assistência Social, Direitos Humanos. Destaca-se que somente 39 ações possuem perspectiva interseccional: 15 têm abordagem de gênero e população negra; 16 tratam de gênero e população LGBT; enquanto 8 possuem abordagem de gênero e população indígena e quilombola.

Por fim, vale lembrar que as principais demandas das mulheres brasileiras são: serviços de saúde mais eficientes (97%), transporte público mais eficiente (88%), escolas em tempo integral para @s filh@s (83%), parques gratuitos (76%), creche (75%) e restaurantes populares (64%), como indicou pesquisa “Trabalho Remunerado e Trabalho Doméstico” do Instituto Patrícia Galvão⁶.

Poder & Política

Esta área aborda as plataformas feministas para a transformação do sistema político e o fortalecimento da ação política dos movimentos de mulheres na ampliação da presença feminina e das plataformas feministas nos espaços de decisão e de poder, tanto na sociedade civil como no Estado.

⁶ Disponível em <http://agenciapatriciagalvao.org.br/pesquisa/>

Entre os 27 planos de governos, há ações previstas no campo do poder e da política em somente sete deles (Acre, Piauí, Mato Grosso, Paraíba, Bahia, Alagoas e Roraima), somando 22 propostas.

O governador que mais apresentou compromissos com essas questões foi Tião Viana (PT/ AC), com seis ações. Wellington Dias (PT/ PI) apresentou cinco; Pedro Taques (PDT/MT), quatro; Ricardo Coutinho (PSB/PB), três; Rui Costa (PT/BA), duas; enquanto Renan Filho (PMDB/ AL) e Suely Campos (PP/ RR) apresentaram uma ação cada.

A maior parte delas se refere à criação, ao incentivo, fortalecimento e/ou desenvolvimento de agências especializadas em políticas para as mulheres (organismos municipais e estaduais) bem como à criação e/ou implementação de Planos Estaduais de Políticas para as Mulheres. Também se falou sobre apoio ao desenvolvimento de planos locais de políticas para mulheres, sobre fortalecer o controle social das políticas para as mulheres e sobre ampliar o acesso delas a informações sobre políticas públicas.

De forma mais tímida, apareceram propostas de fortalecimento institucional de organização de mulheres rurais e urbanas e empoderamento de mulheres chefes de família, líderes comunitárias, entre outras.

Essas propostas são poucas e insuficientes frente ao grave problema do alijamento das mulheres em espaços da política institucional. O Comitê sobre a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres, nesse sentido, expressou em suas últimas recomendações preocupação com a sub-representação das brasileiras em todos os níveis e instâncias da tomada de decisão política, inclusive nos cargos eletivos, nos mais elevados níveis do judiciário e na diplomacia, e preocupação com o fato de a Lei Eleitoral brasileira, que estabelece um sistema de cotas, “ter provado ser ineficiente e ter tido pouco ou nenhum impacto na participação das mulheres na vida política”. Nossas análises eleitorais também denunciaram, por muitos anos, a violação da cota pelos partidos políticos. Desde 2012, verifica-se o cumprimento formal do sistema de cotas, mas é possível observar um novo problema: a inscrição de “candidatas laranja” (mulheres sem chances de eleição que são inscritas como candidatas somente para compor a lista). Apesar das cotas, o número de mulheres eleitas continua baixo e os partidos políticos não investem capital financeiro e político em candidaturas de mulheres. Por fim, cabe ressaltar que o Brasil ocupa a 131ª posição entre 189 países que compõem o ranking da Inter-Parliamentary Union⁷ sobre representação parlamentar feminina, sendo o país de pior colocação na América do Sul e o antepenúltimo na América Latina (perde para Haiti e Belize).

Saúde & Direitos Sexuais e Reprodutivos

Nesta área, tratamos da saúde das mulheres, de sua autodeterminação reprodutiva, da liberdade sexual, do direito ao abortamento legal e seguro, da criminalização das mulheres.

⁷ Dados de 1º de outubro de 2014, disponíveis em <http://www.ipu.org/wmn-e/classif.htm>

Neste campo, tivemos 50 propostas em 18 documentos, sendo a maioria esmagadora (82%) localizada no Nordeste (23 ações) e no Norte do país (18). O governador que mais contribuiu neste campo foi o da Bahia (Rui Costa/ PT), com 16 ações. Nove estados não desenvolveram propostas para a saúde das mulheres e seus direitos sexuais e reprodutivos: MT (Pedro Taques/ PDT); PB (Ricardo Coutinho/ PSB); PE (Paulo Câmara/ PSB); PR (Beto Richa/ PSDB); CE (Camilo/ PT), RN (Robinson Faria/ PSD); MG (Fernando Pimentel/ PT); SC (Raimundo/ PSD); e GO (Marconi Perillo/ PSDB).

Quase a totalidade das ações está centrada na saúde, não nos direitos sexuais e reprodutivos. O foco se encontra na melhoria da atenção integral à saúde das mulheres no Sistema Único de Saúde, na ampliação de exames e serviços visando detectar precocemente o câncer de mama e de colo uterino, no tratamento dessas enfermidades, em garantir cirurgia de reconstrução da mama, e na redução da mortalidade materna e infantil (Waldez – PDT/ AP; Confúcio Moura – PMDB/ RO; Marcelo Miranda - PMDB/ TO; Renan Filho – PMDB/ AL; Rui Costa – BA/ PT; Flávio Dino – Pcdob/ MA; Wellington Dias – PT/ PI; Rollemberg – PSB/ DF; Azambuja – PSDB/ MS; Pezão – PMDB/ RJ; Geraldo Alckmin – PSDB/ SP).

Há somente quatro planos de governo que apresentam propostas interseccionais: “implantação de Projeto de Unidades Móveis de atendimento à Saúde da Mulher e Pediatria para atendimento às comunidades carentes, especialmente aquelas de difícil acesso: assentamentos agrícolas, comunidades quilombolas e aldeias indígenas” (Marcelo Miranda - PMDB/ TO); “instalar unidades itinerantes para atuação nas grandes macrorregiões do Estado com ênfase na prevenção e coleta de material para esclarecimento de diagnóstico, notadamente para atendimento a mulheres trabalhadoras rurais, indígenas e quilombolas” (Wellington Dias – PT/ PI); “ações que garantam atenção humanizada às mulheres nas seguintes situações que envolvem sua saúde: (...) Saúde das mulheres negras; Saúde das mulheres indígenas; Saúde das mulheres lésbicas; Saúde das mulheres residentes e trabalhadoras na área rural; Saúde das mulheres em situação de prisão” (Marcelo Miranda - PMDB/ TO); “os serviços e os profissionais devem estar preparados para garantir a integralidade da atenção, considerando as especificidades de raça/etnia, orientação sexual, idade, o fato de ser trabalhadora rural ou urbana e das pessoas portadoras de deficiência” (Rui Costa – BA/ PT); e “Políticas Intersectoriais prioritárias: Saúde Da Mulher; Assistência Materno –Infantil; Portadores De Necessidades Especiais; Comunidades Afro-descendentes, quilombolas, acampados e assentados” (Jackson Barreto, PMDB/ SE).

Outras propostas mencionadas são: desenvolver programa Bolsa Parteira como uma forma de valorização do trabalho dessas mulheres e seus conhecimentos tradicionais sobre saúde das mulheres (Tião Viana - PT/ AC); implantar Centros de Atenção à Saúde Materno Infantil em unidades prisionais (José Melo – PROS/ AM); e assegurar a instalação do Conselho de Ética no controle e acompanhamento das pesquisas na área de saúde reprodutiva (Rui Costa – BA/ PT).

Grande atenção também foi dedicada à saúde materna e da criança. Percebeu-se a reafirmação do papel feminino de mãe e cuidadora nas propostas, centradas na redução da mortalidade infantil, no acompanhamento do pré-natal, na construção de hospitais materno infantil, na humanização no tratamento das mães no pós-parto, no cuidado com a saúde da criança, na garantia do direito de acompanhante para mulheres em trabalho de parto, na instalação de Casas de Acolhimento pré e pós-

parto na sede dos municípios para as mulheres trabalhadoras rurais, e no fortalecimento de programas para jovens mães, sobretudo, para atendimento aos casos de gravidez não planejada (Suely Campos – PP/ RR; José Melo – PROS/ AM; Renan Filho – PMDB/ AL; Rui Costa – BA/ PT; Wellington Dias – PT/ PI; Paulo Hartung – PMDB/ ES; Ivo Sartori – PMDB/ RS). Este foco não é novidade. Até nossa legislação, inclusive a trabalhista, trata mais da maternidade e das crianças do que das mulheres. A mãe-mulher é secundarizada e o foco passa a ser o feto, o bebê. Observamos uma proteção à maternidade que não observamos em relação aos direitos sexuais e reprodutivos.

A menção ao termo DSDR só aparece em ações de dois planos de governo: “implantar de forma qualitativa o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher, de direitos sexuais e direitos reprodutivos, com os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde -SUS, tendo como filosofia o Programa de Assistência de Integral à Saúde da Mulher – PAISM” (Rui Costa – BA/ PT); e “formar, nas cinco grandes macrorregiões, multiplicadoras em temas relacionados à promoção da saúde e direito sexuais e reprodutivos” (Wellington Dias – PT/ PI). O planejamento familiar e ações educativas sobre gravidez na adolescência foram citados em outros dois documentos (Tião Viana - PT/ AC; Waldez – PDT/ AP).

Em somente três planos de governo, há alguma ação explicitamente voltada à interrupção da gravidez: “implantar estruturas de atendimento para a realização do abortamento legal na rede estadual de saúde (Rui Costa – BA/ PT); “desenvolver ações que garantam atenção humanizada às mulheres nas seguintes situações que envolvem sua saúde: (...) precariedade da atenção obstétrica; abortamento em condições precárias, precariedade da assistência em anticoncepção” (Marcelo Miranda - PMDB/ TO); “apoio psicossomático para mulheres obrigadas ao aborto legal” (Simão Jatene - PSDB/ PA); “campanhas massivas de prevenção da gravidez e das doenças sexuais, com vistas à redução do aborto ilegal” (Simão Jatene - PSDB/ PA). Destaca-se, contudo, que somente um faz referência objetiva à garantia do aborto legal, e que a abordagem de duas dessas ações é confusa, uma relacionando o aborto ilegal a doenças sexualmente transmissíveis e partindo do princípio que gravidezes indesejáveis são sempre fruto da negligência quanto ao uso de métodos contraceptivos, e não à possibilidade de falha desses métodos e à dificuldade de acesso a eles.

Autonomia Econômica e Proteção Social do Trabalho

Quanto ao trabalho e à proteção social das mulheres, foram contabilizadas 47 propostas, ou 24% das ações voltadas para os direitos das mulheres e a equidade de gênero. Trata-se de um tema central do movimento feminista e suas organizações, uma vez que a autonomia econômica é encarada como ferramenta para se desafiar o patriarcado, empoderar a coletividade das mulheres e combater a violência doméstica. Trabalhamos com a proteção ao trabalho feminino transcendendo a concepção tradicional limitada à proteção à maternidade e promovendo o debate sobre o equilíbrio entre trabalho e responsabilidades familiares do ponto de vista da vida pessoal e da equidade de gênero.

D@s governador@s eleit@s, @s que mais apresentaram ações neste campo foram Tião Viana (PT/ AC) e Wellington Dias (PT/PI), com 11 e nove propostas,

respectivamente. Nove eleitos não apresentaram sequer uma proposta sobre autonomia econômica, trabalho e proteção social das mulheres: José Melo (PROS/AM); Waldez (PDT/ AP); Camilo (PT/ CE); Simão Jatene (PSDB/ PA); Paulo Câmara (PSB/ PE); Beto Richa (PSDB/ PR); Pezão (PMDB/ RJ); Robinson Faria (PSD/ RN) e Jackson Barreto (PMDB/ SE).

Consideramos grave a ausência de propostas nesses estados, pois faltam ainda muitas coisas a serem conquistadas, sobretudo no que se refere ao equilíbrio entre trabalho e família. Exemplos relevantes são a ampliação dos investimentos públicos na educação infantil (que beneficia a população mais pobre) e a flexibilização da jornada de trabalho por conta da conciliação com a família. Vejamos o que está sendo proposto pel@s outr@s 18 governador@s.

D@s 18 eleit@s, 13 fizeram promessas sobre equipamentos sociais, como creches e de escolas em tempo integral: sete governador@s se comprometeram a ampliar os investimentos ou apoiar municípios na construção e reforma de creches/ instituições de educação infantil (Geraldo Alckmin – PSDB/ SP; Marconi Perillo – PSDB/ GO; Rollemberg – PSB/ DF; Flávio Dino – Pcdob/ MA; Rui Costa – PT/BA; Renan Filho – PMDB/ AL; e Tião Viana – PT/AC) e oito declararam que implementarão mais escolas em tempo integral (Raimundo – PSD/ SC; Ivo Sartori – PMDB/ RS; Geraldo Alckmin – PSDB/ SP; Fernando Pimentel – PT/ MG; Paulo Hartung – PMDB/ ES; Marconi Perillo – PSDB/ GO; Ricardo Coutinho – PSB/ PB; e Suely Campos – PP/ RR). Dois governadores (Alckmin e Perillo) estão em ambas as listas.

Radicalizando o ponto, dois governadores prometem ampliar os equipamentos públicos que favoreçam o aumento do tempo disponível das mulheres, promovendo a sua autonomia, inserção e permanência no mercado de trabalho e implementar políticas que garantam o compartilhamento do trabalho doméstico e dos cuidados com a família, tais como: lavanderias públicas, creches e restaurantes comunitários (Wellington Dias - PT/ PI e Rui Costa – PT/BA). Um terceiro se compromete a realizar debates sobre a divisão do trabalho doméstico, no sentido de promover a democratização do espaço doméstico para as mulheres (Tião Viana – PT/AC).

Tais propostas podem ser interpretadas como o reconhecimento de que os conflitos entre trabalho e vida familiar produzem efeitos negativos sobre a qualidade de vida das mulheres e das crianças, além de sobre a produtividade e a saúde das trabalhadoras. Infelizmente, esse debate ainda é pouco desenvolvido no Brasil e quase não há medidas de apoio ao equilíbrio entre as demandas do trabalho e da família. Pelo contrário: no país, as mudanças no mercado de trabalho e na estrutura da família que ocorreram nas últimas décadas agravaram os problemas da articulação entre trabalho e família. Como vimos há algumas páginas, as principais demandas das mulheres brasileiras são escolas em tempo integral para @s filh@s, parques gratuitos, creche e restaurantes populares, apontando a escassez desses equipamentos.

Encontramos outras promessas para além dos equipamentos sociais. Elas são relativas a:

- a) Formação Profissional e Capacitação, enfatizando a qualificação em áreas que favoreçam a integração de mulheres aos novos postos de trabalho (Wellington Dias - PT/ PI e Ricardo Coutinho – PSB/ PB).
- b) Criação de incentivos para favorecer a empregabilidade de mulheres (Confúcio Moura – PMDB/ RO).

- c) Acesso ao crédito e apoio técnico ao empreendedorismo, ao associativismo, ao cooperativismo e à comercialização (Azambuja – PSDB/ MS; Wellington Dias - PT/ PI; Ricardo Coutinho – PSB/ PB; Suely Campos – PP/ RR; eTião Viana – PT/AC).
- d) Fomento a práticas de Economia Solidária (Rui Costa – PT/BA e Wellington Dias - PT/ PI).
- e) Ampliação/ priorização do registro e regularização dos imóveis em nome das mulheres nos programas habitacionais do governo (Wellington Dias - PT/ PI e Pedro Taques – PDT/MT).

Outras propostas concernem: à criação do programa Mulher e Trabalho, com atividades de combate à discriminação do trabalho das mulheres e informação às trabalhadoras sobre seus direitos; à instituição do selo “Empresa em Compromisso com a Igualdade”, com a finalidade de estimular o aumento da taxa de atividade feminina em postos executivos e de comando; criação de cota mínima de 30% para mulheres e jovens em todos os programas executados no meio rural (todas de Wellington Dias - PT/ PI); à criação de cotas obrigatórias no serviço de ATER para elaboração e apresentação de projetos de crédito para mulheres; e a compromissos dos juros de responsabilidade dos Agricultores Familiares na linhas Mulher (ambas de Rui Costa – PT/BA).

Quanto a propostas interseccionais, elas são somente três: “empreender esforços para promover a autonomia econômica e social das diferentes expressões étnico-raciais da mulher” (Wellington Dias/ PT); “resgatar e aperfeiçoar saberes tradicionais das mulheres indígenas, assim como trabalhar processos de inclusão produtiva dos produtos confeccionados, através de capacitações, apoio a formação de associações e cooperativas, estruturação para o aperfeiçoamento de seus produtos, articulação para inserção das mulheres indígenas em espaços de produção e comercialização” (Tião Viana – PT/AC); “revitalização das ações de construção de casas destinadas a famílias carentes – quilombolas, quebradeiras de coco babaçu e famílias do deserto do Jalapão -, dentro do Programa Minha Casa Minha Vida do Governo Federal” (Marcelo Miranda – PMDB/ TO).

Destacamos a necessidade de priorizar essa área, que ainda carece de muitos avanços. Nossa legislação, com compromissos estabelecidos na constituição e na CLT, considera reprodução/cuidados com @s filh@s uma atribuição exclusivamente feminina, enquanto os benefícios trabalhistas se orientam a proteger as mulheres na sua fase reprodutiva e nos cuidados com os filhos nos primeiros meses de vida, não há conciliação de trabalho e família ao longo de todo o ciclo da vida familiar. Soluções privadas envolvem custos individuais/sociais elevados, e as políticas públicas ainda não assumiram as responsabilidades familiares como assunto social.

Enfrentamento da violência contra as mulheres

Identificamos, neste campo, 41 propostas (21% das que impactam os direitos e a vida das mulheres), das quais 9 foram encontradas no plano de governo de Tião Viana (AC). As propostas refletem a preocupação em se divulgar e implementar a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06) e demais normas jurídicas nacionais e internacionais de enfrentamento à violência sexista, além de capacitar gestor@s acerca da temática de

gênero, das diversas formas de violência contra as mulheres e de seus desdobramentos, considerando sua diversidade.

Grande parte das ações é dedicada à ampliação e ao fortalecimento da Rede de Atendimento às mulheres em situação de violência (Centros de Referências, Delegacias Especializadas, Casas Abrigo), em ações como: aperfeiçoar as estruturas de apoio para as mulheres vítimas de violência; capacitar profissionais da rede sobre o protocolo estadual de atendimento; fortalecer os Centros Especializados de Atendimento à Mulher – CEAM'S; e construir Delegacias da Mulher, unidades móveis e abrigos para mulheres em situação de violência (Tião Viana – PT/ AC; José Melo – PROS/ AM; Simão Jatene - PSDB/ PA; Suely Campos – PP/RR; Rui Costa – PT/ BA; Ricardo Coutinho – PSB/ PB; Wellington Dias – PT/ PI; Jackson Barreto - PMDB/ SE; Marconi Perillo – PSDB/ GO; e Raimundo/ PSD - SC).

Dois governadores estabeleceram, ademais, metas para a implantação e/ou expansão da Casa da Mulher Brasileira (Tião Viana – PT/ AC; e José Melo – PROS/AM).

De forma complementar, foram apresentadas ações educativas/ campanhas junto à sociedade para prevenção e enfrentamento da violência contra as mulheres (Tião Viana – PT/ AC; Wellington Dias – PT/ PI; e Rollemberg – PSB/ DF) e um serviço de educação e responsabilização para homens autores de violência doméstica (Tião Viana – PT/ AC).

Quanto ao monitoramento sistemático do impacto da Lei Maria da Penha e dos mecanismos existentes, conforme exortado pelo Comitê sobre a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres, há algumas propostas: acompanhamento do atendimentos às mulheres nos municípios através dos comitês de gestão das redes municipais de atendimento às mulheres em situação de violência; implantação de ouvidoria da rede de atendimento; programa de metas conjuntas (como monitoramento, avaliação e indicadores de resultado) com as demais instituições do sistema de justiça e saúde para a redução dos homicídios de mulheres (Tião Viana – PT/ AC; e Rui Costa – PT/BA).

Mencionou-se também a necessidade de programas e serviços de enfrentamento sistemático do tráfico de mulheres, da exploração sexual e do turismo sexual, além do combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes (Tião Viana – PT/ AC; Camilo – PT/CE; Rui Costa – PT/BA).

De forma interdisciplinar, foram propostas medidas para “enfrentar a questão da violência contra a mulher com a implementação de políticas públicas específicas e por meio da criação de programas e projetos de combate à violência contra a mulher, o racismo, o sexismo, a lesbofobia e transfobia” (Rui Costa – PT/BA).

Por fim, apareceram sugestões para incentivar e encaminhar ao Legislativo a proposta de criação de Juizados Especiais de combate à Violência Doméstica e Familiar contra as mulheres em conformidade com a Lei Maria da Penha; e criar seccionais do IML e serviço especializado de perícia para as mulheres em situação de violência, com ambiente humanizado e acolhedor (ambas de Rui Costa – PT/BA).

Não foram apresentadas promessas de ações nesta área nos planos de governo de SP (Geraldo Alckmin/ PSDB); TO (Marcelo Miranda/ PMDB); MA (Flávio Dino/

PCdoB); MG (Fernando Pimentel/ PT); MS (Azambuja/ PSDB); MT (Pedro Taques/ PDT); RO (Confúcio Moura/ PMDB); RS (Ivo Sartori/ PMDB); AP (Waldez/ PDT); PE (Paulo Câmara/ PSB); PR (Beto Richa/ PSDB); RJ (Pezão/ PMDB); e RN (Robinson Faria/ PSD).

A ausência do tema da violência de gênero demonstra o descaso de 13 governadores (48% de tod@s @s eleit@s) com um tema tão relevante para os direitos humanos das mulheres e que desperta a preocupação da população: dados da pesquisa “Percepção da sociedade sobre a violência e assassinatos de mulheres”⁸ revelam que 54% d@s entrevistad@s conhecem uma mulher que já foi agredida por um parceiro. Segundo o Instituto Patrícia Galvão, para 70% da população, as mulheres sofrem mais violência dentro de casa do que em espaços públicos e para 86%, a agressão sexista deve ser denunciada à Polícia⁹.

A despeito de as principais normas (Lei Maria da Penha, o novo Código Civil de 2003, e a Lei 11.106/05, que alterou o Código Penal) serem elogiadas por organismos internacionais e ser a Lei Maria da Penha reconhecida como uma das melhores legislações de enfrentamento à violência contra as mulheres do mundo, ainda há que melhorar sua aplicação, como destaca Denise Dora, advogada da THEMIS Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero¹⁰: a última edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública mostrou que o número de estupros registrados subiu 19,3% (quase seis denúncias a cada hora); e o Mapa da Violência 2012 - Cebela/Flacso) coloca o Brasil entre os países com maior índice de homicídio de mulheres - na sétima posição em um ranking de 84 países (tendo sido mais de 92 mil mulheres assassinadas entre 1980 e 2010, o equivalente a uma brasileira assassinada a cada 2 horas).

Segundo a Agência Patrícia Galvão¹¹, nos primeiros seis meses de 2014, a Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180 realizou 265.351 atendimentos, sendo o autor da agressão, em 94% dos casos, o parceiro, ex-parceiro ou um familiar da vítima. Apesar das Delegacias de Defesa da Mulher facilitarem o registro de queixas, continua havendo entraves de diversas naturezas.

Outros temas

Dentre as ações identificadas, como já mencionado, há 34 promessas que não se enquadram nas quatro áreas temáticas com as quais trabalhamos. É interessante notar que é entre esses assuntos diversos que encontramos mais propostas interseccionais, levando em conta aspectos como igualdade racial e diversidade sexual.

Dessas ações, 16 são voltadas a **direitos humanos, cidadania e assistência social**. A maior parte se refere a propostas gerais de enfrentamento à discriminação quanto a gênero, raça e diversidade sexual; à menção ao desenvolvimento de medidas que

⁸ Disponível em

http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2013/08/livro_pesquisa_violencia.pdf

⁹ Ver <http://agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/pautas-violencia/pesquisa-revela-preocupacao-com-assassinatos-de-mulheres-e-violencia/>

¹⁰ Ver <http://agenciapatriciagalvao.org.br/politica/ausencia-tema-da-violencia-de-genero-na-corrida-eleitoral-e-sintoma-descaso-sobre-pautas-das-mulheres/>

¹¹ Idem.

contemplem demandas LGBT, da população negra, indígena, quilombola; ao fortalecimento de políticas afirmativas; à promoção de uma cultura de respeito às diferenças culturais e étnicas (Camilo – PT/ CE; Waldez – PDT/ AP; Pedro Taques – PDT/ MT; Fernando Pimentel – PT/ MG; Pezão – PMDB/ RJ; Geraldo Alckmin – PSDB/ SP; Rollemberg – PSB/ DF; Wellington Dias – PT/ PI; e Simão Jatene – PSDB/ PA).

No entanto, há também propostas específicas para mães adolescentes e carentes: projeto de produção de fraldas e enxovais de bebês destinados às jovens de baixa renda (Marconi Perillo – PSDB/ GO) e parcerias com entidades de cunho social ligadas a menores abandonados e mães carentes (Azambuja – PSDB/ MS).

Vale destacar, como ação específica, o apoio a implantação do Núcleo de Atendimento às Mulheres Migrantes em BRASÍLIA (Tião Viana – PT/AC).

No campo da **educação/ conscientização**, encontramos 13 ações, a maior parte dizendo respeito a trabalhar conteúdos de igualdade de gênero junto a professor@s e profissionais da rede de educação para a incluir no currículo novas vertentes epistemológicas (perspectivas de gênero, raça, geração) e garantir uma educação inclusiva, com temas de educação sexual, igualdade de gênero, igualdade racial e cultura afro-brasileira (Tião Viana – PT/ AC; Rui Costa – PT/ BA; Ricardo Coutinho – PSB/ PB; Robinson Faria – PSD/ RN; e Simão Jatene – PSDB/ PA).

Houve também o compromisso de apoiar iniciativas voltadas à produção de conhecimento sobre a população LGBT, com ênfase para a sua cidadania, além do combate à violência e à discriminação por orientação sexual (Rui Costa – PT/BA); e de criar um Observatório da Igualdade com um banco de informações relativo a questões de gênero, igualdade racial e diversidade sexual para dar suporte às políticas públicas para o setor (Marconi Perillo – PSDB/GO).

Sobre a conscientização, as propostas caminharam no sentido de ampliar o acesso das mulheres a informações sobre políticas públicas e direitos, capacitar profissionais dos diversos segmentos para questões de gênero e promover junto aos meios de comunicação programas de construção de imagens e informações que reforcem a igualdade entre homens e mulheres (Tião Viana – PT/ AC; Pedro Taques – PDT/ MT; e Rui Costa – PT/ BA). Surgiu também a proposta de realizar uma Agenda Mensal do Mês da Mulher como ação de difusão da igualdade e respeito às mulheres (Tião Viana – PT/ AC).

Foram firmados dois compromissos sobre **esporte e lazer**, um para promover a transversalidade de ações voltadas à inclusão de mulheres, de comunidades tradicionais e LGBT (Rui Costa – PT/BA); e outro propondo a realização da Copa Piauiense de Futebol Amador e/ou o Intermunicipal também na categoria feminina (Wellington Dias – PT/PI).

Foram desenvolvidas duas ações no campo da **cultura**, contribuindo para uma cultura de não discriminação e exercício da plena Cidadania, promovendo uma Política Cultural transversal onde se possa intercambiar os setores Cultura e Gênero; Cultura e Promoção da Igualdade Racial e Cultura e Diversidade (Robinson Faria – PSD/RN); e valorizando diversas identidade e suas expressões/ manifestações: cultura popular, afro-brasileira e indígena, manifestações tradicionais, ações para segmentos etários –

crianças, jovens e idosos –, manifestações de gênero e demais segmentos culturais (Rollemberg – PSB/DF).

Por fim, foi apresentada também uma promessa sobre **meio ambiente**, propondo trabalhar a agroecologia com enfoque de segurança alimentar e nutricional, gênero, geração, etnias e com estímulo à organização produtiva das cooperativas, associações e grupos produtivos (Rui Costa – PT/BA).

Conclusões e apontamentos finais

Com o fim das eleições de 2014, deparamo-nos com um cenário pouco animador: espaços institucionais de poder com pouquíssimas mulheres eleitas, um Legislativo conservador, e governos estaduais que priorizam pouco a igualdade de gênero. Os três textos analíticos que elaboramos sobre o pleito nacional estão repletos de dados e informações que comprovam isso.

Este breve estudo, o último de nossa série, mostra o que podemos esperar dos executivos das UFs brasileiras nos próximos quatro anos: são poucas as ações e promessas d@s governador@s para promover a igualdade de gênero (cerca de 10%). Como afirmamos em outra ocasião¹², não faltam apenas mulheres no poder, faltam ações específicas e transversais, falta força política para desenvolver projetos que coloquem a desigualdade de gênero como um dos problemas centrais e incontornáveis da agenda democrática.

Uma das contribuições do Orçamento Mulher, mencionado no início deste texto, tem sido denunciar que a arrecadação e a distribuição dos recursos públicos que compõem o Orçamento da União se dão de maneira desigual, obedecendo a relações de dominação de classe, gênero e raça, evidenciando que o Estado brasileiro é herdeiro de um passado colonial, escravocrata, patriarcal e patrimonialista. O mapeamento das ações dos planos de governos d@s nov@s mandatári@s de nossas unidades federativas apontam o mesmo problema na formulação de metas do Executivo estadual, mostrando que elas produzem e reproduzem desigualdades: além de raras, ações voltadas à igualdade de gênero possuem baixo impacto e, portanto, pouca capacidade de alterar as relações assimétricas de gênero e raça que estruturam nossa sociedade. Poucas propostas se atrevem a tocar em temas polêmicos ou desafiar as bases do poder patriarcal.

Isso não é exclusividade d@s governador@s: dados do Instituto Patrícia Galvão¹³ apontam a invisibilidade de demandas como “enfrentamento à violência de gênero”, “vagas em creches”, “autonomia econômica” e “representação das mulheres na política” nos discursos d@s presidentiáveis nas eleições de 2014, em debates na mídia ou nas propagandas eleitorais. E, quando mencionadas, essas questões foram tratadas de forma superficial, junto com a apresentação dos planos gerais de governo¹⁴. A ausência do tema da violência de gênero foi interpretada pelo Instituto como sintoma do descaso sobre as pautas das mulheres e da preocupação da

¹² Em http://www.cfemea.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2838&Itemid=130

¹³ Em sua série especial “A invisibilidade da agenda das mulheres nas Eleições 2014” e na publicação “Gênero e Raça nas Eleições Presidenciais 2014: A força do voto de mulheres e negros”

¹⁴ <http://agenciapatriciagalvao.org.br/politica/demandas-das-mulheres-estao-ausentes-dos-debates-politicos/>

população. Quanto ao que concerne aos direitos sexuais e reprodutivos, somente candidat@s de pequenos ou sem chances de vitória se posicionam a favor da descriminalização da interrupção da gravidez: apenas Luciana Genro (PSOL) e Eduardo Jorge (PV) defenderam a legalização do aborto para eliminar os riscos dos procedimentos clandestinos, e amb@s não somaram 3% dos votos válidos.

Ainda segundo o Patrícia Galvão, fatores que contribuem para esse silêncio são a existência de uma população majoritariamente católica e evangélica (76% da população) e a ausência de um debate público nas últimas décadas sobre o aborto, levando os partidos a considerarem o assunto algo que pode ser voltar contra seus interesses eleitorais.

Tendo em vista o exposto, é preciso fortalecer e articular a luta pelos direitos das mulheres, monitorar estrategicamente políticas e recursos públicos para pautar e sustentar a agenda feminista e antirracista, pactuar compromissos com o governo, bem como enfrentar agendas conservadoras e fundamentalistas. É preciso superar as persistentes desigualdades que ainda não são percebidas como injustas. Para isso, é necessário também enfrentar o desafio de construir políticas públicas capazes de superar programas pontuais, focalizados e fragmentados. Precisamos garantir políticas universais, intersetoriais, de ação afirmativa e específicas para dar conta da promoção da igualdade e da justiça social.

A mudança de mentalidade, além de um longo processo de transformação cultural, pode ser incentivada por disposições legais. Parece evidente que normas de orientação comportamental alteram percepções e visões de mundo. Daí a necessidade de alterar as políticas de forma a alterar papéis de gênero. Portanto, a existência de uma agenda feminista e sua articulação com os governos das UFs (bem como os municipais e o federal) são de profunda relevância para a alteração das desigualdades de gênero.

Anexo 1

Ações e políticas para mulheres previstas nos planos de governo

ÁREA I – PODER E POLITICA

1) Região Norte

AC (Tião Viana/ PT)

- Esse projeto pretende viabilizar acesso as políticas para as mulheres em todos os municípios, por meio da implantação e fortalecimento dos organismos municipais de políticas para mulheres (OPM) e dos conselhos municipais dos direitos da mulher (CMDM); da capacitação das equipes e conselheiras dessas instituições sobre políticas para mulheres, conceito de gênero, feminismo e o papel do conselho como instância de proposição; do fortalecimento da atuação do CEDIM através de capacitação e estruturação; do apoio aos municípios na construção de seus planos locais de políticas para mulheres; e da ampliação do acesso das mulheres urbanas, rurais e da floresta a informações sobre políticas públicas, direitos e assuntos de seu interesse, através de programas de rádio no sistema público de comunicação.
- Fortalecer o controle social sobre as políticas para as mulheres, através da divulgação do Plano Estadual de Políticas para as Mulheres. Está em consonância ao Plano Nacional de Políticas para as Mulheres 2011-2015, sobretudo acerca das diretrizes, princípios norteadores, prioridades, linhas de ação.

RR (Suely Campos/ PP)

- Criação da Estadual de Políticas para as Mulheres.

2) Região Nordeste

AL (Renan Filho/ PMDB)

- Implementar o Plano Estadual de Políticas para as Mulheres, articulado com o Plano Nacional, para que as políticas públicas municipais tenham um enfoque especial para o público feminino, como estratégia de inclusão social e promoção da igualdade.

BA (Rui Costa/ PT)

- Apoiar iniciativas de fortalecimento institucional de organização de mulheres rurais e urbanas.
- Promover a participação das mulheres nas grandes obras e empreendimentos do Estado, priorizando sua inclusão em postos e funções que não são tradicionalmente ocupados por mulheres

PB (Ricardo Coutinho/ PSB)

- Implantação da Escola Itinerante de Formação em Equidade de Gênero, visando o empoderamento das mulheres.
- Criação do Memorial Vivo das Mulheres Paraibanas.
- Fomento à criação de órgãos de política para mulheres nos municípios paraibanos.

PI (Wellington Dias/ PT)

- Garantir, em 2015, a estruturação da Secretaria (Coordenadoria) Estadual de Políticas para Mulheres, com dotação orçamentária própria.
- Reestruturar o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher, revendo sua composição e competências e fortalecendo sua atuação como elaborador de políticas públicas.
- Estabelecer recursos para realização de uma atividade de capacitação para membros do Conselho Estadual em 2015, e outra em 2017, com vistas a uma atuação mais qualificada.
- Propiciar as condições de funcionamento do Conselho durante os quatro anos de mandato.
- Propiciar capacitação para Conselheiras municipais nos 11 territórios do Estado, em parceria com os municípios.

3) Região Centro-Oeste

MT (Pedro Taques/ PT)

- Promover ações de reconhecimento e empoderamento de mulheres chefes de família, líderes comunitárias, entre outras com atuação política.
- Garantir a implementação da transversalidade de gênero nas políticas públicas estaduais e incentivar nas municipais.
- Possibilitar a participação das mulheres na formulação, acompanhamento e avaliação dos planos, programas e projetos do Estado nas questões de gênero.
- Acompanhar os indicadores sociais com todos os recortes de gênero, revisando as estratégias conforme as necessidades constatadas.

ÁREA II – SAÚDE/ DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS

1) Região Norte

AC (Tião Viana/ PT)

- Implantar o programa Bolsa Parteira, como uma forma de valorização do trabalho dessas mulheres e seus conhecimentos tradicionais sobre saúde da mulher.
- Realizar, em parceria com a Saúde e a Assistência Social, uma campanha educativa sobre a questão do planejamento familiar, no que diz respeito ao acesso a métodos contraceptivos, procedimentos médicos dentre outros direitos reprodutivos.
- Realizar Oficinas, palestras e rodas de conversas nas comunidades dos 22 municípios sobre todo processo de planejamento familiar, métodos, acesso à política pública, dentre outras informações.
- Realizar junto à rede estadual de educação e os Organismos de Políticas para as Mulheres das Prefeituras, uma Campanha informativa e educativa sobre a gravidez na adolescência, envolvendo os jovens e familiares.

AM (José Melo/ PROS)

- Implantar cinco Centros de Atenção à Saúde Materno Infantil, na Penitenciária Feminina de Manaus e em unidades prisionais do interior.

AP (Waldez/ PDT)

- Fortalecimento Da Rede De assistência integral oferecida à mulher, visando reduzir a mortalidade materna, o câncer de mama e de colo uterino.
- Garantir o planejamento familiar, a assistência e proteção à mulher vítima de violência sexual.

PA (Simão Jatene/ PSDB)

- Apoio psicossomático para mulheres obrigadas ao aborto legal.
- Campanhas massivas de prevenção da gravidez e das doenças sexuais, com vistas à redução do aborto ilegal.

RO (Confúcio Moura/ PMDB)

- Melhoria da qualidade da saúde da mulher com a detecção precoce do câncer de colo de útero e de mama.

RR (Suely Campos/ PP)

- Construção de hospital materno infantil.
- Humanização no tratamento das mães no pós-parto.

TO (Marcelo Miranda/ PMDB)

- Intensificação dos programas e ações relativas ao serviço de mamografia.
- Implantação de Projeto de Unidades Móveis de atendimento à Saúde da Mulher e Pediatria para atendimento às comunidades carentes, especialmente aquelas de difícil acesso: assentamentos agrícolas, comunidades quilombolas e aldeias indígenas.
- Promover a melhoria das condições de vida e saúde das mulheres brasileiras, mediante a garantia de direitos legalmente constituídos e ampliação do acesso aos meios e serviços de promoção, prevenção, assistência e recuperação da saúde em todo território brasileiro.
- Contribuir para a redução da morbidade e mortalidade feminina no Brasil, especialmente por causas evitáveis, em todos os ciclos de vida e nos diversos grupos populacionais, sem discriminação de qualquer espécie.
- Ampliar, qualificar e humanizar a atenção integral à saúde da mulher no Sistema Único de Saúde.
- Desenvolver ações que garantam atenção humanizada às mulheres nas seguintes situações que envolvem sua saúde: mortalidade materna (com subdivisões que abrangem: precariedade da atenção obstétrica; abortamento em condições precárias, precariedade da assistência em anticoncepção); DST/HIV/Aids; Violência doméstica e sexual; A saúde de mulheres adolescentes; Saúde da mulher no climatério/menopausa; Saúde mental e gênero; Doenças crônico-degenerativas e câncer ginecológico; Saúde das mulheres negras; Saúde das mulheres indígenas; Saúde das mulheres lésbicas; Saúde das mulheres residentes e trabalhadoras na área rural; Saúde das mulheres em situação de prisão.

2) Região Nordeste

AL (Renan Filho/ PMDB)

- Apoiar o fortalecimento das Políticas Municipais de Atenção à Saúde da Criança, de Atenção Integral à Saúde da Mulher.

BA (Rui Costa/ PT)

- Garantir atenção à saúde à mulher e à criança com qualidade em todas as fases da vida, para que a tendência de diminuição dos óbitos e do adoecimento dessas populações se consolide, como também para que seja assegurada qualidade de vida.
- Garantir que questões como a violência a criança e a mulher sejam tratadas como um problema social e neste particular de saúde pública.
- Os serviços e os profissionais devem estar preparados para garantir a integralidade da atenção, considerando as especificidades de raça/etnia, orientação sexual, idade, o fato de ser trabalhadora rural ou urbana e das pessoas portadoras de deficiência.
- Enfretamento das doenças e agravos com maiores índices de incidência e prevalência, a exemplo do câncer de mama e útero.
- Implantar de forma qualitativa o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher, de direitos sexuais e direitos reprodutivos, com os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde -SUS, tendo como filosofia o Programa de Assistência de Integral à Saúde da Mulher – PAISM.
- Implantar estruturas de atendimento para a realização do abortamento legal na rede estadual de saúde.
- Contemplar a integralidade da atenção, considerando as especificidades de raça/etnia, orientação sexual, idade, o fato de ser trabalhadora rural ou urbana e das pessoas portadoras de deficiência.
- Ampliar o programa de prevenção e tratamento de câncer de mama e útero.
- Ampliar a rede de maternidades, em especial, nos pequenos municípios.
- Implantar a obrigatoriedade médica da notificação da violência doméstica e das mortes maternas e neonatais.
- Implementar ações que garantam o direito de acompanhante para enfermos e mulheres em trabalho de parto.
- Instalar Casas de Acolhimento pré e pós - parto na sede dos municípios para as mulheres trabalhadoras rurais.
- Assegurar a instalação do Conselho de Ética no controle e acompanhamento das pesquisas na área de saúde reprodutiva.
- Apoiar a Criação de programa de incentivo e apoio técnico aos Comitês Municipais para redução da Morte Materna e Neonatal.

MA (Flávio Dino/ PCdoB)

- Redução da mortalidade infantil e materna.
- Condicionar transferências voluntárias de recursos aos municípios à implantação de ações de atenção integral à saúde da mulher no território municipal.

PI (Wellington Dias/ PT)

- Formar, nas cinco grandes macrorregiões, multiplicadoras em temas relacionados à promoção da saúde e direito sexuais e reprodutivos.
- Ampliar os programas de prevenção e tratamento do câncer de mama e cérvico-uterino.
- Implantar e/ou fortalecer programas para jovens mães, sobretudo, para atendimento aos casos de gravidez não planejada.

- Instalar unidades itinerantes para atuação nas grandes macrorregiões do Estado com ênfase na prevenção e coleta de material para esclarecimento de diagnóstico, notadamente para atendimento a mulheres trabalhadoras rurais, indígenas e quilombolas.

SE (Jackson Barreto, PMDB)

- Políticas Intersetoriais prioritárias: Saúde Da Mulher; Assistência Materno – Infantil; Portadores De Necessidades Especiais; Comunidades Afro-descendentes, quilombolas, acampados e assentados.

3) Região Centro-Oeste

DF (Rollemberg/ PSB)

- Fortalecer a atenção a segmentos (mulheres, negros, idosos, pessoas com deficiência, jovens) na atenção básica, de média e alta complexidade.

MS (Azambuja/ PSDB)

- Ampliar a oferta de serviços de saúde à mulher, jovens e idosas.

4) Região Sudeste

ES (Paulo Hartung/ PMDB)

- Apoiar a conclusão da Maternidade Municipal de Serra.
- Concluir adequação física das maternidades da Rede Materno Infantil.
- Implementação da Rede de Atenção Materno-Infantil com implantação da Política do Parto Humanizado.

RJ (Pezão/ PMDB)

- As unidades móveis de diagnóstico receberão novos equipamentos, permitindo a ampliação do escopo dos serviços oferecidos, incluindo no atendimento móvel as mamografias.

SP (Geraldo Alckmin/ PSDB)

- Consolidar o Projeto Mulheres de Peito.
- Iniciar o projeto de cirurgia de reconstrução da mama logo após a mastectomia.

5) Região Sul

RS (Ivo Sartori/ PMDB)

- Fortalecer as políticas preventivas e de promoção da atenção básica direcionadas à infância e atenção materna, fortalecendo a presença do Primeira Infância Melhor e da atenção pré-natal nas comunidades gaúchas.

ÁREA III – TRABALHO E PROTEÇÃO SOCIAL

1) Região Norte

AC (Tião Viana/ PT)

- Promover a formalização de grupos produtivos de mulheres.

- Ampliar o acesso das mulheres e grupos de mulheres trabalhadoras rurais à documentação civil, jurídica, trabalhista e serviços previdenciários.
- Ampliar o acesso ao mercado das mulheres rurais, através de capacitação em gestão e estratégias de comercialização, do estímulo à compra dos produtos de coletivos de mulheres pelas prefeituras, da apresentação de projetos aos editais do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA.
- Fortalecer a participação das mulheres rurais na construção e monitoramento de políticas, através da participação de representantes de associações no comitê gestor do projeto “Fortalecimento da Cidadania e Organização Produtiva de Mulheres Rurais do Estado do Acre”, e comitê dos Territórios de Cidadania e através de oficinas para definição de estratégias/ações/projetos a serem incorporados nos Planos de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável.
- Trabalhar o resgate e o aperfeiçoar dos saberes tradicionais das mulheres indígenas, assim como trabalhar processos de inclusão produtiva dos produtos confeccionados, através de capacitações, apoio a formação de associações e cooperativas, estruturação para o aperfeiçoamento de seus produtos, articulação para inserção das mulheres indígenas em espaços de produção e comercialização.
- Ampliar o apoio a pequenos negócios de mulheres urbanas em situação de extrema pobreza, através de capacitação e fomento.
- Promover a formalização de grupos produtivos de mulheres.
- Promover a capacitação profissional de mulheres em áreas como: construção civil, pintura predial, serviços elétricos, mecânica, pedreira, etc.
- Realizar debates sobre a divisão do trabalho doméstico, no sentido de promover a democratização do espaço doméstico para as mulheres.
- Apoiar os municípios na criação das condições que possibilitem duplicar o percentual de atendimento na faixa etária de 0 a 3 anos e universalizar o atendimento para as crianças de 4 e 5 anos.
- Apoiar a construção de creches e pré-escolas, fortalecer as políticas de formação inicial e continuada para os profissionais da Educação Infantil, universalizar o Programa Asinhas da Florestania para as comunidades de difícil acesso e ampliá-lo para atender as crianças de 0 a 3 anos.

RO (Confúcio Moura/ PMDB)

- Criação de incentivos para favorecer a empregabilidade de jovens e mulheres: esta iniciativa tem por objetivo fortalecer a política de inclusão social e combate à pobreza, por meio da criação de mecanismos governamentais de apoio à geração de emprego e renda para dois segmentos sociais considerados mais vulneráveis, em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - ODM. Para tanto, serão estabelecidas parcerias com o setor privado para fortalecer os programas Primeiro Emprego e Qualifica Cidadão.

RR (Suely Campos/ PP)

- Implementar Política de escola em tempo integral.
- Destinação de recursos pra empreendedorismo de mulheres rurais.

TO (Marcelo Miranda/ PMDB)

- Revitalização das ações de construção de casas destinadas a famílias carentes – quilombolas, quebradeiras de coco babaçu e famílias do deserto do Jalapão -, dentro do Programa Minha Casa Minha Vida do Governo Federal.
- Desenvolver projeto Mãe Pioneira.

2) Região Nordeste

AL (Renan Filho/ PMDB)

- Apoiar os municípios na expansão do acesso à Creche na faixa etária de 5 meses aos 03 anos e à Pré-Escola na faixa etária de 04 a 05 anos, com a instalação das unidades em processo de construção e construção de novas Instituições de Educação Infantil com a priorização de crianças em situação de risco.

BA (Rui Costa/ PT)

- Manter compromissos dos juros de responsabilidade dos Agricultores Familiares nas linhas de crédito do Pronaf, Mais Alimentos, Jovem, Mulher e Semiárido.
- Estabelecer cotas obrigatórias no serviço de ATER para elaboração e apresentação de projetos de crédito para jovens e mulheres.
- Promover a inclusão produtiva das mulheres por meio da assistência técnica e extensão rural, do acesso ao crédito e do apoio ao empreendedorismo, ao associativismo, ao cooperativismo e à comercialização, como fomento a práticas de economia solidária.
- Ampliar a oferta de equipamentos públicos como creches, lavanderias e restaurantes comunitários e de políticas que favoreçam o aumento do tempo disponível das mulheres, promovendo a sua autonomia, inserção e permanência no mercado de trabalho.
- Criar sistema de creches e pré-escolas em áreas rurais e urbanas.
- Construir e reformar e equipar infra de educação, creches e quadras escolares cobertas, qualificar a infra-estrutura física da rede pública, garantir o abastecimento de água potável e o saneamento nas escolas públicas.

MA (Flávio Dino/ PCdoB)

- Condicionar transferências voluntárias de recursos aos municípios à implantação de creches no território municipal.

PB (Ricardo Coutinho/ PSB)

- Escola tempo integral.
- Criação de centro de capacitação para mulheres.
- Criação de incubadora para assessoria a micro e pequena empresas de para mulheres.

PI (Wellington Dias/ PT)

- Criar uma cota de, no mínimo, 30% de mulheres e jovens a serem contemplados em todos os programas executados no meio rural.
- Empreender esforços para promover a autonomia econômica e social das diferentes expressões étnico-racial da mulher.

- Desenvolver, nos 11 territórios de desenvolvimento, projetos de emancipação social e econômica das mulheres, recorrendo a editais nacionais e recursos do Fundo de Combate à Pobreza, para consolidar empreendimentos de Economia Solidária existentes, e a existirem, enfatizando-se capacitação, gerenciamento e financiamento dos mesmos.
- Garantir acesso de mulheres a crédito e apoio técnico para fortalecer sua atuação na área de geração de renda.
- Ampliar a titularidade das mulheres nos programas habitacionais do governo.
- Implementar, em parceria com governos municipais, políticas que garantam o compartilhamento do trabalho doméstico e dos cuidados com a família, tais como: lavanderias públicas, creches entre outros.
- Criar o programa “Mulher e Trabalho”, com atividades de combate à discriminação do trabalho da mulher e informação às trabalhadoras sobre seus direitos.
- Instituir o selo “Empresa em Compromisso com a Igualdade”, com a finalidade de estimular o aumento da taxa de atividade feminina em postos executivos e de comando.
- Instituir o Programa Estadual de Formação Profissional e Capacitação, enfatizando a qualificação em áreas que favoreçam a integração de mulheres aos novos postos de trabalho, notadamente na área da construção civil.

3) Região Centro-Oeste

DF (Rollemberg/ PSB)

- Ampliar o número de creches públicas e estimular a oferta de matrículas gratuitas em creches conveniadas com o poder público, por meio da concessão de certificado de entidade beneficente de assistência social (comunitárias, confessionais ou filantrópicas, sem fins lucrativos), até que haja vagas na rede pública.

GO (Marconi Perillo/ PSDB)

- Ampliar os investimentos na construção e reforma de creches.
- Ampliar as escolas em regime de tempo integral e expandir a prática esportiva nas escolas.

MT (Pedro Taques/ PDT)

- Priorizar o registro e regularização dos imóveis em nome das mulheres.

MS (Azambuja/ PSDB)

- Priorização das mulheres nas políticas de promoção do empreendedorismo.

4) Região Sudeste

ES (Paulo Hartung/ PMDB)

- Implantar progressivamente a educação em tempo integral, com o desenvolvimento de atividades culturais, esportivas e de relacionamento social de forma associada ao projeto pedagógico das escolas.

MG (Fernando Pimentel/ PT)

- Ampliar radicalmente a educação de tempo integral e valorizar o professor e criando na escola pública um espaço de exercício da cidadania.

SP (Geraldo Alckmin/ PSDB)

- Apoiar os municípios na construção de creches.
- Será expandido o Programa “Escola de Tempo Integral”.

5) Região Sul

RS (Ivo Sartori/ PMDB)

- ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL: implantação de pelo menos duas Escolas por Coordenadoria Regional de Educação (CRE), segundo as concepções de Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro.

SC (Raimundo/ PSD)

- Consolidar o ensino em tempo integral.

ÁREA IV – ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

1) Região Norte

AC (Tião Viana/ PT)

- Serviço de educação e responsabilização para homens autores de violência doméstica.
- Fortalecimento da rede estadual de enfrentamento a violência contra as mulheres envolve a capacitação de profissionais da rede sobre o protocolo estadual de atendimento.
- Fortalecimento dos Centros Especializados de Atendimento à Mulher – CEAM’S.
- Cumprimento da agenda de atendimento às mulheres, crianças e adolescentes do campo e da floresta em situação de violência.
- Implantação da Casa da Mulher Brasileira.
- Monitoramento e acompanhamento do atendimentos às mulheres nos municípios, através dos comitês de gestão das redes municipais de atendimento às mulheres em situação de violência.
- Implantação da uma ouvidoria da rede de atendimento às mulheres em situação de violência.
- Realização de campanhas e ações educativas para o enfrentamento a violência contra as mulheres com a sociedade e com segmentos específicos, tais como os jovens e os alunos da rede estadual de educação.
- Debater e a qualificar o atendimento aos casos de tráfico de mulheres no Estado.

AM (José Melo/ PROS)

- Construir a Delegacia da Mulher na Zona Leste.
- Apoiar a expansão do programa Casa da Mulher Brasileira para os municípios polo.

PA (Simão Jatene/ PSDB)

- Ampliar a rede de amparo à mulher, crianças e adolescentes vítima de violência, capitaneada pelo ProPaz Integrado em conjunto com outras áreas de governo.
- Aperfeiçoar as estruturas de apoio para as mulheres vítimas de violência.

RR (Suely Campos/ PP)

- Construção de abrigo para mulheres vítimas de violência.

2) Região Nordeste

CE (Camilo/ PT)

- Fortalecer políticas de combate ao turismo sexual.

BA (Rui Costa/ PT)

- Enfrentar a questão da violência contra a mulher com a implementação de políticas públicas específicas e por meio da criação de programas e projetos de combate à violência contra a mulher, o racismo, o sexismo, a lesbofobia e transfobia, garantindo, sobretudo a qualificação profissional, o atendimento especializado e a sensibilização em gênero e cidadania feminina para os gestores e agentes públicos.
- Ampliar o programa de combate ao turismo sexual e tráfico de mulheres e à prostituição infantil.
- Incentivar e encaminhar ao legislativo, a proposta de criação de Juizados Especiais de combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, em conformidade com a Lei Maria da Penha.
- Ampliar Rede de Atendimento às Mulheres com instalação de novos Centros de Referências, Delegacias Especializadas, Casas Abrigo e Serviços de Abortamento Legal.
- Elaborar programa de metas conjuntas com as demais instituições do sistema de justiça e saúde, para a redução dos homicídios de mulheres, como monitoramento, avaliação e indicadores de resultado.
- Universalizar o registro das notificações compulsórias e capacitação dos profissionais de saúde para atendimento às mulheres e correta alimentação do sistema.
- Criar seccionais do IML em outras regiões do Estado e de um serviço especializado de perícia para as mulheres em situação de violência, com ambiente humanizado e acolhedor.

PB (Ricardo Coutinho/ PSB)

- Aperfeiçoar o programa Mulher Protegida.
- Ampliar a distribuição dos equipamentos SOS Mulher.
- Criar estrutura de núcleos especializados de Atendimento à Mulher as AIPs onde não Delegacia Especializada da Mulher para atender demandas reprimidas.
- Criação de núcleos especializados para atendimentos as mulheres.
- Criação de casa abrigo.

PI (Wellington Dias/ PT)

- Implantar e/ou fortalecer Delegacias da Mulher até 2016, nas macrorregiões do estado.

- Instituir, nas macrorregiões do estado, serviço de atendimento à mulher vítima de violência.
- Realizar, em parceria com o poder público municipal, campanha permanente de prevenção e de enfrentamento à violência contra a mulher no estado através do disque Lei Maria da Penha.

SE (Jackson Barreto/ PMDB)

- Ampliar serviços regionalizados de atendimento aos grupos vulneráveis: crianças, adolescentes, idosos, mulheres e outros segmentos vítimas de violência, maus tratos, abuso e negligência, por meio de Centros De Referência Especializados De Assistência Social – CREAS

3) Região Nordeste

DF (Rollemberg/ PSB)

- Reduzir os índices de violência contra segmentos – especialmente jovens, negros, mulheres e LGBT – com ações coordenadas nas regiões administrativas e na Área Metropolitana de Brasília (AMB), por meio de medidas preventivas e campanhas permanentes.

GO (Marconi Perillo/ PSDB)

- Ampliar a Casa Abrigo da Mulher Goiana.
- Ampliar o número de unidades móveis destinadas ao atendimento de mulheres vítimas de violência no campo.
- Implantar novos núcleos especializados de atendimento à mulher.
- Expandir as delegacias especializadas da mulher.
- Fortalecer o programa Atitude Rosa.
- Fortalecer o CREI – Centro de Referência da Igualdade ampliando o atendimento às vítimas de violência, preconceito e discriminação e o Comitê Técnico de Saúde Integral LGBT garantindo o respeito e a dignidade desta comunidade.

4) Região Sudeste

ES (Paulo Hatung/ PMDB)

- Criar uma coordenação especializada para articular as ações e políticas públicas de prevenção e combate à violência contra as mulheres e os jovens.

5) Região Sul

SC (Raimundo/ PSD)

- Capacitar as equipes das delegacias para melhor atendimento da população, tanto à população de modo geral, como no atendimento à mulher e a minorias étnicas e sexuais.

ÁREA V – OUTROS TEMAS

1) Região Norte

AC (Tião Viana/ PT)

DHs, cidadania; assistência social

- Apoio a implantação do Núcleo de Atendimento às Mulheres Migrantes em BRASILÉIA.

Educação/ conscientização

- Ampliar o acesso das mulheres a informações sobre políticas públicas e direitos.
- Trabalhar junto aos professores e profissionais da rede de educação o Caderno Pedagógico “Gênero – construindo a igualdade”, com o objetivo de capacitá-los para a abordagem desta temática junto aos educandos das diversas faixas etária.
- Realizar a Agenda Mensal do Mês da Mulher, alusiva ao dia internacional da mulher, como uma ação política de difusão da igualdade e respeito às mulheres.
- Serão implementadas ações voltadas para a sensibilização, educação e alteração de hábitos dos jovens mais vulneráveis ou que já apresentam problemas sociais relacionados (...) a DSTs e, principalmente, gravidez na adolescência; com foco nas cidades, regiões e segmentos populacionais com maior incidência de tais problemas.

AP (Waldez/ PDT)

DHs, cidadania

- Fortalecer as ações ligadas à diversidade sexual, em articulação com os demais órgãos afins.

PA (Simão Jatene/ PSDB)

DHs, cidadania/ Educação

- Capacitar o magistério público para lidar com episódios de violência doméstica e de opção pela homossexualidade.
- Desenvolver, junto com os representantes da comunidade diretamente interessada, medidas que contemplem demandas peculiares dos homossexuais.
- Implantar estruturas de apoio para homossexuais vítimas de discriminação e violência.

2) Região Nordeste

BA (Rui Costa/ PT)

Esporte e lazer

- Promover a transversalidade do esporte e lazer com as políticas de Educação, Cultura, Turismo e de Saúde pública além das ações voltadas à inclusão de mulheres, de comunidades tradicionais, LGBT, juventude, pessoas idosas, pessoas com deficiência e da promoção da segurança para a população baiana.

Educação/ conscientização

- Promover junto com os meios de comunicação, programas de construção de imagens e informações que reforcem a igualdade entre homens e mulheres.
- Reformar o Ensino Médio compreendendo um novo modelo de escola, com construção participativa e multidimensional dos conhecimentos que incluam novas vertentes epistemológicas (e as perspectivas de gênero, raça, geração),

novas dinâmicas culturais da juventude e as tecnologias da comunicação, informação e inovação.

- Construir um projeto pedagógico baseado nos princípios da diversidade, igualdade e justiça social para garantir uma educação de qualidade e não discriminatória que propicie igualdade de condições para inserção no mercado de trabalho.
- Apoiar iniciativas voltadas à produção de conhecimento sobre a população LGBT, com ênfase para a sua cidadania, além do combate à violência e à discriminação por orientação sexual.

Meio ambiente

- Adotar a agroecologia como princípio orientador da ATER, com o Plano Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica, com enfoque de segurança alimentar e nutricional, gênero, geração, etnias e com estímulo à organização produtiva das cooperativas, associações e grupos produtivos;

CE (Camilo/ PT)

DHs, cidadania

- Promoção de ações de enfrentamento à discriminação quanto a gênero, raça e diversidade sexual e de fortalecimento de políticas afirmativas e de promoção de uma cultura de respeito às diferenças culturais e étnicas.

PB (Ricardo Coutinho/ PSB)

Educação/ conscientização

- Garantir educação inclusiva, com temas de educação sexual e cultura afro-brasileira.

PI (Wellington Dias/ PT)

DHs, cidadania; assistência social

- Reconhecimento da pluralidade de geração, gênero, étnico, racial e cultural da população do semiárido como mecanismo para perceber diferenças e equilibrar as relações humanas;
- Elaborar programas para as populações vulneráveis: do sistema prisional, em áreas de risco de violência, LGBT, negros, famílias em situação de pobreza extrema, seja no meio rural e urbano.
- Linha de cuidado da criança, do adolescente, da mulher, do homem, do Idoso e ações transversais: saúde bucal, alimentação e nutrição, DST/Aids, saúde da população negra, saúde no sistema prisional, saúde do trabalhador, práticas integrativas e complementares.

Esporte e lazer

- Realizar, em parceria com municípios e outras entidades, a Copa Piauiense de Futebol Amador e/ou o Intermunicipal, nas categorias masculina e feminina(a partir de 2015).

RN (Robinson Faria/ PSD)

Cultura

- Promover uma Política Cultural transversal onde se possa intercambiar os setores Cultura e Educação; Cultura e Saúde; Cultura e Gênero; Cultura e Promoção da Igualdade Racial e Cultura e Diversidade, contribuindo para uma Cultura de não discriminação e exercício da plena Cidadania.

Educação/ conscientização

- Capacitar e formar educadores (as) e profissionais e técnicos, visando garantir que, em todos os programas educativos os princípios da laicidade, equidade etnicorracial, gênero, diversidade sexual e cultural.

3) Região Centro-Oeste

DF (Rollemberg/ PSB)

DHs, cidadania; assistência social

- Implantar políticas transversais que atendam às demandas de cada segmento – crianças, adolescentes, jovens, idosos, mulheres, negros, comunidades e populações tradicionais, LGBT, pessoas com deficiência – e corrijam as desigualdades de oportunidades nas diversas esferas da vida.

Cultura

- Valorizar e promover as diversas identidades do DF, em suas expressões e manifestações rurais e urbanas (cultura popular, afro-brasileira e indígena, manifestações tradicionais, ações para segmentos etários – crianças, jovens e idosos –, manifestações de gênero e demais segmentos culturais).

GO (Marconi Perillo/ PSDB)

Educação/ conscientização

- Criar o Observatório da Igualdade implantando um banco de informações relativo a questões de gênero, igualdade racial e diversidade sexual para dar suporte às políticas públicas para o setor.

Assistência social

- Expandir as ações voltadas da família como o projeto de volta à família, criar unidades móveis de educação profissional, desenvolver alternativas de melhoria da renda da família, criar espaços de vivência sociocultural para a população jovem e sua família, ampliar o programa Meninas de Luz e fortalecer o projeto da OVG de produção de fraldas e enxovais de bebês destinados às jovens de baixa renda.

MS (Azambuja/ PSDB)

Assistência social

- Apoiar e incentivar a realização de parcerias com entidades de cunho social ligadas aos idosos, menores abandonados, mães carentes, jovens drogados, doentes com câncer etc.

MT (Pedro Taques/ PDT)

DHs, cidadania; assistência social

- Garantir os direitos das mulheres à educação de qualidade, à saúde, à moradia, ao trabalho, à geração de renda, ao lazer e aos demais serviços públicos.
- Fortalecer políticas públicas em direitos humanos e implementar ações afirmativas que contemplem temas de suma relevância: gênero; infância e juventude; velhice; deficiência; questão étnica e racial.

Educação/ conscientização

- Fomentar a capacitação dos profissionais dos diversos segmentos em questões de gênero, de forma a promover a igualdade e a humanização nos atendimentos.

4) Região Sudeste

MG (Fernando Pimentel/ PT)

DHs, cidadania; assistência social

- O combate à discriminação em todas as suas expressões não pode ser visto como uma questão "setorial". Esta é uma questão central para a construção da democracia e da cidadania. Isto ocorre tanto pela implementação de ações afirmativas, combinadas com políticas sociais, quanto pela garantia do combate efetivo a atos que caracterizem tal violência e discriminação para as mulheres, os negros, a população LGBTQI+, os quilombolas e os indígenas mineiros.

RJ (Pezão/ PMDB)

DHs, cidadania; assistência social

- Garantir a implementação do Plano Estadual de Promoção da Igualdade Racial e fortalecer as ações do programa Rio sem Homofobia por meio da criação de novos Centros de Cidadania LGBTQI+.

SP (Geraldo Alckmin/ PSDB)

DHs, cidadania; assistência social

- Ampliar as ações destinadas a concretizar os direitos, a igualdade e a dignidade das mulheres, da população negra e indígena, da população LGBTQI+, da população em vulnerabilidade em relação ao tráfico de pessoas.

Anexo 2 – Tabelas

 TABELA 1 ELEIÇÕES 2014 - GOVERNO ESTADUAL ELET@S SEXO, REGIÃO, UF, COR e PARTIDO				
UF	Nome	Sexo	Raça/cor	Partido
AC	Tião Viana	M	Branca	PT
AM	José Melo	M	Parda	PROS
AP	Waldez	M	Parda	PDT
PA	Simão Jatene	M	Parda	PSDB
RO	Confúcio Moura	M	Parda	PMDB
RR	Suely Campos	F	Branca	PP
TO	Marcelo Miranda	M	Branca	PMDB
Região Norte		6 homens; uma mulher	4 pardos; 3 branc@s	
AL	Renan Filho	M	Branca	PMDB
BA	Rui Costa	M	Parda	PT
CE	Camilo	M	Branca	PT
MA	Flávio Dino	M	Branca	PCdoB
PB	Ricardo Coutinho	M	Branca	PSB
PE	Paulo Câmara	M	Branca	PSB
PI	Wellington Dias	M	Amarela	PT
RN	Robinson Faria	M	Branca	PSD
SE	Jackson Barreto	M	Branca	PMDB
Região Nordeste		9 homens	7 brancos; 1 pardo; 1 amarelo	
DF	Rolleberg	M	Branca	PSB
GO	Marconi Perillo	M	Branca	PSDB
MS	Azambuja	M	Branca	PSDB
MT	Pedro Taques	M	Parda	PDT
Região Centro-Oeste		4 homens	3 brancos; 1 pardo	
ES	Paulo Hartung	M	Branca	PMDB
MG	Fernando Pimentel	M	Branca	PT
RJ	Pezão	M	Branca	PMDB
SP	Geraldo Alckmin	M	Branca	PSDB
Região Sudeste		4 homens	4 brancos	
PR	Beto Richa	M	Branca	PSDB
RS	Ivo Sartori	M	Branca	PMDB
SC	Raimundo	M	Branca	PSD
Região Sul		3 homens	3 brancos	
Brasil		26 homens; 1 mulher	20 branc@s; 6 pardos; 1 amarelo	

CFEMEA/ Eleições 2014.
Fonte: TSE, 15/1/2014.

TABELA 2
ELEIÇÕES 2014 - GOVERNO ESTADUAL
PROPOSTAS PARA AS MULHERES/ IGUALDADE DE GÊNERO

Governador/a eleito@	Nº de páginas do plano	Poder e política	Saúde e DSDR	Autonomia econômica	Violência de gênero e	Outros	TOTAL
AC – Tião Viana (PT)	279	6	4	11	9	5	35
AM – José Melo (PROS)	37	0	1	0	2	0	3
AP – Waidez (PDT)	71	0	2	0	0	1	3
PA – Simão Jatene (PSDB)	41	0	2	0	2	3	7
RO – Confúcio Moura (PMDB)	40	0	1	1	0	0	2
RR – Suely Campos (PP)	10	1	2	2	1	0	6
TO – Marcelo Miranda (PMDB)	30	0	6	2	0	0	8
Região Norte	508	7	18	16	14	9	64
AL – Rerlan Filho (PMDB)	85	1	1	1	1	0	4
BA – Rui Costa (PT)	96	2	14	6	7	6	35
CE – Camilo (PT)	16	0	0	0	1	1	2
MA – Flávio Dino (PCdoB)	27	0	2	1	0	0	3
PB – Ricardo Coutinho (PSB)	40	3	0	3	5	1	12
PE – Paulo Câmara (PSB)	8	0	0	0	0	0	0
PI – Wellington Dias (PT)	27	5	4	9	3	4	25
RN – Robinson Faria (PSD)	40	0	0	0	0	2	2
SE – Jackson Barreto (PMDB)	68	0	2	0	1	0	3
Região Nordeste	407	11	23	20	18	14	86
DF – Rollemberg (PSB)	38	0	1	1	1	2	5
GO – Marconi Perillo (PSDB)	52	0	0	2	6	2	10
MS – Azambuja (PSDB)	72	0	1	1	0	1	3
MT – Pedro Taques (PDT)	65	4	0	1	0	3	8
Região Centro-Oeste	227	4	2	5	7	8	26
ES – Paulo Hartung (PMDB)	51	0	3	1	1	0	5
MG – Fernando Pimentel (PT)	11	0	0	1	0	1	2
RJ – Pezão (PMDB)	82	0	1	0	0	1	2
SP – Geraldo Alckmin (PSDB)	50	0	2	2	0	1	5
Região Sudeste	194	0	6	4	1	3	14
PR – Beto Richa (PSDB)	54	0	0	0	0	0	0
RS – Ivo Sartori (PMDB)	52	0	1	1	0	0	2
SC – Raimundo (PSD)	19	0	0	1	1	0	2
Região Sul	125	0	1	2	1	0	4
Brasil	1461	22	50	47	41	34	194

CFEMEA/ Eleições 2014.
Fonte: TSE, 15/11/2014.